

CAPÍTULO I

NOTAS SOBRE ESQUEMAS DE CLASSES

Na base da construção de um esquema de classes está a opção por um marco teórico e analítico que se dá em meio a uma discussão sobre o conceito de classe social, que teve início na sociologia clássica do século XIX, com Marx e Weber, e se torna cada vez mais viva na sociologia contemporânea. Aqui não há pretensão de discutir exaustivamente essa literatura que, por sua extensão e complexidade, exigiria, talvez, um trabalho dedicado somente a este propósito. O objetivo é apresentar linhas gerais que permitam esclarecer esse debate, no sentido de definir a posição tomada neste livro dentro do amplo contexto das análises de classes e, conseqüentemente, a opção que informa o esquema de estratos aqui definido. Mesmo com o risco de levar a um reducionismo da discussão sobre teorias de classes, a opção por localizar essa discussão num contexto instrumental e básico para a definição do problema aqui envolvido se sustenta no próprio desenho deste trabalho, cuja preocupação principal é apontar a estrutura de estratos no Brasil, confrontando, ainda, a problemática da segmentação do mercado de trabalho por gênero.

Aqui será construída uma classificação de estratos a partir da qual serão realizadas as análises das tabelas de mobilidade; de acordo com as necessidades da análise e da metodologia desenvolvidas, novas classificações serão introduzidas ao longo do trabalho, entretanto elas terão como ponto de partida aquela aqui definida. Vale lembrar que nenhum esquema de estratos é incontestável por ser, em última instância, uma construção teórica e metodológica visando atender aos objetivos específicos da análise em questão. Portanto, seria pretensioso crer que uma classificação por estratos expressa a realidade empírica e objetiva, uma vez que se constrói a partir de opções feitas entre distintos contextos conceituais.

Na esteira das teorias marxista e weberiana, inúmeras considerações teórico-conceituais foram traçadas para as análises de classes. Um debate, aparentemente infundável, e questões, aparentemente insolúveis e irreduzíveis, movimentam esse cenário. Começando pelos clássicos, será possível entender os desdobramentos que suas teorias tiveram nas análises de classes do período pós-guerra, e também as dificuldades encontra-

das para que fossem defendidas num contexto econômico, político e social já diferente daquele do século XIX.

1. Marx e Weber: a tradição sociológica construindo conceitos de classe social

O conceito de classe é elemento fundamental na teoria marxista, como recorda Crompton (1994: 23): "No Manifesto Comunista, Marx e Engels (1962: 34) descrevem o curso da história humana em termos da luta entre classes." Entretanto, Marx em nenhum momento de sua extensa obra oferece uma definição sistemática do conceito de classe, embora a teoria de classes tenha uma posição relevante no seu projeto mais amplo de traçar a história das sociedades.

O capítulo destinado à teoria de classes no livro III do *Capital* (1974) é interrompido justamente quando Marx tratava de explicitar sua definição de classe. Segundo ele a resposta à pergunta "que é uma classe?" parte da resposta a uma outra pergunta: "que é que converte os operários assalariados, os capitalistas e os proprietários de terras, em fatores das três grandes classes sociais?" (1974: 886). Sua resposta não chega a ser totalmente conhecida, porque o manuscrito é interrompido dois parágrafos depois. No entanto, a centralidade da visão de uma sociedade capitalista cindida em interesses conflitantes de classes está muito clara e, a partir de referências que perpassam toda sua obra, em especial o Manifesto do Partido Comunista, é possível conhecer e derivar daí o conceito marxista de classes.

Segundo Marx, um período histórico é definido pelo modo de produção existente; daí ser possível associar diferentes períodos históricos a diferentes modos de produção, tais como o escravismo nas sociedades grega e romana, o feudalismo e, por fim, o capitalismo. A cada modo de produção corresponde um tipo de relação de produção, esta definida pelas relações estabelecidas dentro do processo de produção. As relações de classes são, por sua vez, determinadas pelas relações de produção, que no caso da sociedade capitalista se caracterizam, basicamente, pela propriedade ou não dos meios de produção. Na ordem capitalista Marx distingue duas grandes classes: a classe capitalista, ou burguesia, proprietária dos meios de produção; e a classe trabalhadora, ou proletariado, que sobrevive da venda de sua força de trabalho.

Dessa forma, a diferenciação social é dada basicamente em termos econômicos, de classes, reconhecendo a estrutura social como polarizada entre capitalistas e trabalhadores engajados numa relação de exploração, via expropriação, e com interesses econômicos antagônicos e conflitantes. Ao cindir a estrutura de classes em exploradores e explorados, Marx ca-

racteriza uma sociedade em conflito de interesses, na qual o proletariado torna-se o agente da revolução. A superação do capitalismo é apresentada como um processo inevitável, gerado nas contradições inerentes ao próprio modo de produção capitalista, uma vez que o interesse pela obtenção de lucros numa economia competitiva leva o capitalista a explorar o trabalho do proletariado, através de baixos salários e alta produção.

O conceito de mais-valia segue a lógica de que, nessa ordem econômica, salários e lucros estão inversamente relacionados, e as classes proprietária e trabalhadora são agentes de um conflito estruturalmente determinado inerente às suas posições no processo de produção⁶. Contudo, não se deve crer que exploração e conflito de classes são criações do capitalismo, uma vez que, na teoria marxista, as lutas de classes são o motor da história das sociedades. Essa idéia está explícita na já muito citada passagem do Manifesto:

Até hoje, a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patricio e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das classes em luta (Marx e Engels, 1977: 34).

Esses interesses inconciliáveis levam ao conflito de classes e à revolução, que se tornará realidade na medida em que o proletariado se reconhecer como classe, em outras palavras, adquirir consciência de classe. Nesse sentido, classes são entendidas como forças sociais agentes de transformação das sociedades; e o motor da história das sociedades é a luta entre classes. Como enfatizou Engels após a morte de Marx:

(...) foi precisamente Marx quem primeiro descobriu a grande lei do movimento da história, a lei de acordo com a qual todas as lutas históricas, tenham elas ocorrido no domínio político, religioso, filosófico ou algum outro domínio ideológico, são de fato a mais ou menos clara expressão das lutas de classes sociais (Engels, 1950: 223).

Para tanto, Marx aposta no aumento e organização do proletariado. O crescimento do grande capital levaria ao desaparecimento das classes intermediárias, identificadas na pequena burguesia, que seriam, assim, incorporadas à classe proletária, formando uma só classe trabalhadora e reforçando a polarização da sociedade capitalista em duas grandes classes. Já

⁶ Essa discussão pode ser aprofundada com a leitura de "Class Analysis" (Miliband, 1993), in Giddens e Turner, *Social Theory Today*.

o desenvolvimento técnico conduziria à homogeneização da classe trabalhadora através da alienação e rotinização do trabalho. Essa é a base dos conceitos de exploração, proletarização, polarização, conflito de classes e mudança social que informam a teoria de classes em Marx. Aqui é possível avaliar a centralidade do modelo de conflito que a teoria de classes marxista aborda, e a relação estabelecida por ele entre a esfera econômica da produção e as superestruturas política e ideológica.

Weber, ao estabelecer uma definição do conceito de classes, uma vez mais dialoga com Marx. Segundo ele, classes não são necessariamente agentes sociais, e a distinção entre classes é definida como componente causal das oportunidades de vida, que, por sua vez, são determinadas pelas posições ocupadas pelos indivíduos dentro do mercado. A dedução possível é que as desigualdades nas oportunidades de vida decorrem da alocação diferenciada dos indivíduos em posições de classes. Dessa forma, pode-se concluir que as classes são formadas por aqueles indivíduos que partilham a mesma situação de mercado. Como ele mesmo conclui, posição de classe é, em última instância, posição de mercado. Essa posição é definida segundo os recursos trazidos pelos indivíduos para serem oferecidos no mercado, seja propriedade, qualificações, educação, habilidades específicas. Em suma, a definição weberiana de classes pode ser entendida como situações de classes que inscrevem chances de vida diferenciadas, decorrentes de fatores econômicos. A análise de classes concentra-se, portanto, em como os recursos mobilizados pelos indivíduos no mercado resultam em chances de vida diferenciadas.

Podemos falar de "classe" quando (1) um número de pessoas tem em comum um componente causal específico de suas chances de vida, na medida em que (2) este componente é representado exclusivamente por interesses na posse de bens e oportunidades de renda, e (3) é representado sob as condições de mercadorias e mercados de trabalho [E acrescenta:] Esses pontos referem-se a "situação de classe", que nós podemos expressar brevemente como as chances típicas para oferta de bens, condições externas de vida, e experiências pessoais de vida, na medida em que esta chance é determinada pela quantidade de poder, ou falta deste, para dispor de bens ou qualificações para renda numa ordem econômica dada (Weber, 1977: 181).

Pode-se argumentar que na economia capitalista existem inúmeras posições de mercado. Entretanto, Weber considera essa questão e introduz a noção de que "classe social é a totalidade daquelas situações de classe entre as quais uma mudança pessoal e na sucessão das gerações é facilmente possível e costuma ocorrer tipicamente" (Weber, 1991: 198). Fica, assim, resolvido o problema empírico de identificação de um número finito de classes sociais. Essa concepção coloca, ainda, as análises de mobilidade no centro das análises de classes, uma vez que as classes sociais são

identificáveis através do reconhecimento e mapeamento das categorias entre as quais a mobilidade é freqüente.

Em Weber, classe é um conceito puramente econômico, mas ao contrário de Marx, ele não concentra na economia o papel de distinções de grupos sociais. Sua teoria reconhece várias formas de diferenciação social, que podem estar baseadas em status, prestígio e outros fatores adscritos, tais como etnia, sexo etc. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (Weber, 1989) é um exercício para mostrar como fatores não econômicos podem ter influência sobre a determinação da ordem econômica, contrariando assim a idéia da superestrutura econômica como principal fonte de influência sobre a vida social, e conseqüentemente rejeitando o determinismo do materialismo histórico, no qual as condições materiais de vida seriam invariavelmente fatores causais.

Nesse trabalho, ele demonstra como o desenvolvimento do capitalismo nos EUA foi influenciado por um estilo de vida baseado no protestantismo ascético. E, referindo-se ao conceito de vocação na ética protestante, considera: "Falar aqui de um reflexo das condições 'materiais' sobre a 'superestrutura ideal' seria patentemente insensato" (Weber, 1989: 39), numa alusão clara à teoria marxista. Para tanto, ele enfatiza como a religião e, conseqüentemente, a ideologia nela contida determinaram um estilo de vida que influenciou a ordem econômica capitalista. Nesse sentido, sua análise inverte a ordem de causalidade pressuposta na teoria marxista, que entende a relação causal partindo sempre das condições materiais de vida em direção a outros fenômenos da vida social.

Em defesa da multicausalidade, e com uma crítica à ênfase nos processos econômicos como fatores determinantes da história das sociedades, Weber conclui seu livro assim:

Aqui apenas se tratou do fato e da direção de sua influência em apenas um, se bem que importante, ponto de seus motivos. Seria, todavia, necessário investigar mais adiante a maneira pela qual a ascese protestante foi por sua vez influenciada em seu desenvolvimento e caráter pela totalidade das condições sociais, especialmente pelas econômicas. Isto porque, se bem que o homem moderno seja incapaz, mesmo que dentro da maior boa vontade, de avaliar o significado de quanto as idéias religiosas influenciaram a cultura e os caracteres nacionais, não se pode pensar em substituir uma interpretação materialística unilateral por uma igualmente bitolada interpretação causal da cultura e da história. Ambas são igualmente viáveis, mas, qualquer uma delas, se não servir de introdução, mas sim de conclusão, de muito pouco serve no interesse da verdade histórica (Weber, 1989: 132).

Em oposição ao modelo de conflito marxista, Weber não entendia classes como agentes históricos. Ao contrário, enfatizava que classes não são

comunidades, embora reconhecesse a possibilidade de servirem de base para ações comuns na defesa dos interesses daqueles que compartilham da mesma posição de classe. Isto porque deixa claro que o conceito de classes está restrito a interesses econômicos, e somente aqueles referentes ao mercado. E afirma: "O surgimento de ação societária ou mesmo de ação comunal não é, de forma alguma, um fenômeno universal" (Weber, 1977: 183).

Sua oposição à teoria marxista de conflito, e principalmente à noção de que existe uma correlação direta entre os conceitos de classe, interesse de classe e ação de classe, é explícita:

Tratar "classe" conceitualmente como tendo o mesmo valor de "comunidade" conduz à distorção. Que homens na mesma situação de classe regularmente reagem em ações de massa àquelas situações tangíveis tais como as econômicas na direção dos interesses que são mais adequados ao seu número médio é um fator importante e afilial simples para a compreensão dos eventos históricos. Sobre tudo, esse fato não deve levar aquele tipo de operação pseudocientífica com os conceitos de "classe" e "interesse de classe" tão freqüente nos dias atuais e que tem encontrado sua expressão mais clássica na afirmação de um autor talentoso, de que o indivíduo pode estar errado no que concerne ao seu interesse mas que a "classe" é infalível sobre seus interesses (Weber, 1977: 184).

Contudo, o determinismo do materialismo histórico não é o alvo principal das críticas dirigidas à teoria de classes marxista por sociólogos. A crítica mais comum refere-se ao fato de a teoria marxista não dar conta da complexidade e fragmentação da estrutura social atual. Em especial, por não poder lidar com o crescimento de uma classe intermediária que avança na proporção do avanço da burocracia, como havia previsto Weber, e que tem um papel cada vez mais relevante na divisão do trabalho, mesmo dentro da fábrica. Assim, categorias como as de gerentes, administradores e funcionários de escritório não só concentram um grande número de trabalhadores como também têm uma participação importante na estrutura de ocupações, especialmente no sentido da diferenciação da estrutura de empregos da classe de empregados não-manuais, que se convencionou chamar *white-collar* ou, como definiu David Lockwood já no título de seu livro, *The Blackcoated Worker*⁷.

Pode-se argumentar que a fragmentação das classes obscurece os laços e divisões entre elas, esse é um complicador para teoria do conflito e, conseqüentemente, para a superação do capitalismo via revolu-

ção. Portanto, esse é também o alvo das críticas mais contundentes à teoria marxista. Essa fragmentação é tão central nas teorias de classes contemporâneas, que existe a tese que indica uma tendência para o fim das classes sociais.⁸

As divisões de classes estão perdendo seu caráter auto-evidente e extensivo (Pakulski e Waters, 1996: 1).

Dessa forma, o argumento central sobre a superioridade da teoria weberiana é que ela contém elementos que permitem lidar com a complexidade da estrutura de classes da sociedade moderna, uma vez que inclui como fatores na definição de classes não somente a propriedade, mas também as qualificações e habilidades (skills) dos trabalhadores, negociáveis no mercado. Embora considere a divisão entre proprietários e não-proprietários como básica para determinar a situação de classes, Weber entende que:

Dentro dessas categorias, entretanto, as situações de classe são além disso diferenciadas: por um lado, de acordo com o tipo de propriedade que é utilizada para obter rendimentos; e, por outro lado, de acordo com o tipo de serviços que podem ser oferecidos no mercado (Weber, 1977: 184).

O modelo marxista de duas classes não reflete a pluralidade de classes sociais existentes nas sociedades capitalistas atuais. Embora em *O 18 Brumário de Luis Bonaparte* (1988) Marx reconheça a existência de muitas classes, essas aparecem como fragmentos da burguesia e do proletariado. Sua teoria de conflito leva, no limite, à percepção de uma sociedade polarizada entre duas classes. Deve-se entender que, nesse sentido, o conflito entre classes resulta em polarização e coalização e, portanto, as estruturas das relações de classes dependem do contexto, podendo ir da fragmentação à polarização, de acordo com o grau de conflito. Em última instância, a intensificação do conflito de interesses permite antever a aglutinação das demais classes em duas grandes classes antagônicas.

Outra dificuldade, apontada por neo-weberianos, em conciliar a teoria marxista com a realidade das sociedades capitalistas atuais está no processo de transformação das classes, essas entendidas como grupos baseados em interesses econômicos conflitantes, em grupos politicamente ativos. Dessa forma, trata-se de um processo no qual a impossibilidade de conciliação

⁷ David Lockwood (1958). Nesse livro, Lockwood trata das teorias marxistas e weberianas enfocando a classe de empregados não-manuais: "grupo socioeconômico que há muito tem sido um desconforto para a teoria marxista: a massa crescente de empregados lower non-manual ou white-collar".

⁸ Como referência para essa discussão, ver Pakulski e Waters (1996). Posição contrária pode ser encontrada em Miliband (1993), que realinha o papel central das análises de classe na teoria sociológica.

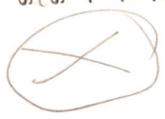
deses interesses torna inevitável o desdobramento do conflito em ação política, cujo campo é uma sociedade polarizada em duas classes.

No entanto, o fracasso da classe trabalhadora das sociedades capitalistas avançadas em conformar-se às expectativas teóricas e políticas de Marx sugere que a fragmentação de classes é mais pervasiva historicamente que a polarização de classes, e que Marx seriamente subestimou a habilidade das sociedades capitalistas para conter o conflito de classes e prosperar (Edgell, 1993: 10).

Deve-se ainda destacar que a especialização, provocada pela crescente divisão do trabalho, contrariamente ao que previa Marx, não levou à homogeneização da classe trabalhadora, mas resultou em sua fragmentação, uma vez que gerou diferenças tanto em termos de recompensas econômicas como em termos de autonomia, estabilidade e condições de trabalho. Podem-se ter como exemplo as desigualdades existentes entre operários das indústrias tradicionais e operários das indústrias modernas. Outro ponto importante refere-se à globalização da produção e portanto da "fábrica", que contribui fortemente para a divisão do trabalho em termos transnacionais, especialização em nível de mercados nacionais, e fragmentação da classe operária, sendo esta uma das facetas do pós-fordismo.

O avanço tecnológico levou à substituição da produção em larga escala, centralizada e dirigida para o consumo em massa, que caracterizou o fordismo, pela produção em pequena escala, diversificada e voltada para o consumo imediato, que define o pós-fordismo. Ao declínio da grande indústria, centralizada e baseada na produção em massa, corresponde a diminuição de posições em ocupações consideradas blue-collar e, portanto, declínio da classe operária como era identificada depois da Segunda Guerra. Esta deu lugar ao trabalho desqualificado, temporário, instável, com características muito distintas dos empregos nas grandes indústrias do período fordista. Isso se deve a mudanças na própria organização da produção e do mercado⁹. Será que esse é o momento de acenar um Farewell to the Working Class, como sugere o título do livro de Gorz (1982), ou crer na existência de uma nova classe trabalhadora, com um perfil diferente daquele traçado no fordismo?

Uma distinção básica, e talvez muito sumarizada, das teorias de classes de Marx e Weber pode ser feita na medida em que as relações de classes, em Marx, se distinguem no processo de produção, enquanto as classes, para Weber, se distinguem por chances de vida estabelecidas no mercado.



⁹ Para uma discussão mais aprofundada sobre globalização e pós-fordismo deve-se referir às obras de Sayer (1990) e Waters (1995).

É possível, ainda, apontar que Marx entendia as classes como agentes da evolução histórica, enquanto Weber sequer as reconhecia como comunidades, embora deixasse aberta a possibilidade de "representarem possível, e freqüente, base para ação comum" (Weber, 1977: 183).

2. Wright e Goldthorpe: opção pela empiria

É possível afirmar que toda a produção teórica nas áreas de estratificação, classes e mobilidade foi e é informada pelas teorias de Marx e Weber. O título dado a um capítulo do livro de Breen e Rothman (1995) é expressivo da importância desses dois sociólogos: "On the shoulders of giants: Class theory after Marx and Weber". É assim que os estudos de classes realizados no século XX podem ser entendidos, como teorias formadas basicamente a partir do debate iniciado por Marx e Weber; isto é verdade especialmente na Europa.

Entretanto, podem-se identificar similaridades entre neomarxistas e neoweberianos; especialmente por construírem esquemas de classes relacionais, ou ainda chamados teóricos em oposição aos esquemas de classes hierárquicos, comuns à sociologia norte-americana. Na realidade, desde a Segunda Guerra, marxistas e weberianos usam a teoria de classes para explicar teoricamente como as ocupações podem estar localizadas dentro de uma estrutura de posições de classes e, através dessa estrutura, observar empiricamente a estratificação social. Contudo, são as diferenças entre essas duas "escolas" que movimentam o debate sobre classes.

Aqui serão analisados, de uma forma sumarizada, os trabalhos de Erick Olin Wright e John H. Goldthorpe, apontados como exemplos das teorias marxista e weberiana. A escolha desses dois sociólogos deve-se ao fato de estarem voltados para uma orientação empírica dos estudos de estratificação social, implicando a exclusão da análise do trabalho de alguns sociólogos importantes, que tiveram papel relevante para o desenvolvimento teórico das análises de classes, mas não as direcionaram em estudos empíricos; é o caso de Giddens, Parkin e Poulantzas¹⁰, entre outros. Assim, a opção por Wright e Goldthorpe é um recorte na discussão da teoria de classes que fundamentou-se no objetivo deste estudo que é a análise empírica da mobilidade social.

Como foi visto, Marx não forneceu uma definição precisa de seu conceito de classe. Assim, na tentativa de dar continuidade à sua teoria de classes, autores neomarxistas buscam completar essa lacuna deixada por ele. Mas, além disso, buscam também lidar com a complexificação da estrutura de classes das sociedades capitalistas atuais, mantendo a base de sua teo-

¹⁰ A obra de Poulantzas, Parkin e Giddens é extensa, contudo uma revisão dos textos incluídos na publicação de Giddens e Held (1992) pode ser esclarecedora do pensamento desses autores.

Ata
Oliviero da classe → empiria dos estudos de estratificação social

ria que é a perspectiva do conflito e do antagonismo de interesses, intrínsecos às relações de classes no modelo capitalista. Recorde-se que a teoria marxista identificava duas classes polarizadas, capitalista e proletária, ou ainda, proprietária e não-proprietária dos meios de produção.

No entanto, diante da realidade da sociedade capitalista atual, na qual é possível reconhecer empiricamente a fragmentação da estrutura de classes e a expansão da classe média, a maior dificuldade a ser enfrentada pelos teóricos neomarxistas é manter a fidelidade aos conceitos de conflito, polarização e antagonismo das classes sociais, bem como à idéia de um movimento inexorável no sentido da proletarianização das classes sociais não-capitalistas que teria como consequência necessária a revolução. A perspectiva dual das relações de classes impõe o problema de como tratar essas relações como polarizadas sendo que existem posições de classe não-polarizadas.

Surge então uma questão: se as relações de classes são polarizadas e, portanto, a estrutura de classes está cindida em classes antagonicas, qual o lugar da classe média?

A perspectiva de polarização das classes é desafiada pela complexificação da estrutura de classe capitalista, com a expansão de postos diversificados na classe média, ou ainda o que se convencionou chamar de white-collar. Além disso, o conceito de proletarianização é desafiado pelo fato de as classes médias não estarem sendo substituídas, como ocorre com a classe operária, por novos métodos de produção que tornem seu trabalho mecânico e despersonalizado, o que é uma condição essencial para a definição de proletarianização de uma classe. Das várias formas encontradas para lidar com essa restrição pode-se indicar como principal corrente teórica neomarxista aquela que não reconhece a classe média como uma classe, em lugar disso, percebe a classe média situada simultaneamente em mais de uma classe, da qual Wright tornou-se a maior expressão¹¹. Nesse sentido, as posições assumidas por essa classe, ou classes, são entendidas como posições contraditórias nas relações de classe.

Um exemplo são os administradores, que estão localizados, ao mesmo tempo, na classe trabalhadora e na classe capitalista. Isto porque são assalariados, mas também controlam a operação de produção e o trabalho de outros empregados. Além disso, devem-se considerar os trabalhadores com recursos credenciais que, se por um lado são explorados pelos proprietários do capital, por outro são exploradores dos trabalhadores não-qualificados por se beneficiarem da escassez de pro-

¹¹ Erik Olin Wright é sociólogo neomarxista cuja obra tem como principal objetivo a sistematização e conceitualização de uma tipologia de classes para ser utilizada em estudos empíricos. Assim, ele busca dar ao marxismo, que vem sendo extensivamente tratado teoricamente, também um estatuto empírico.

fissionais qualificados, criada pela limitação do acesso à educação e treinamento.

É esta a maior contribuição de Erik Olin Wright à teoria marxista de classes, defendida em sua tese de doutorado publicada em 1976 quando propõe seu primeiro esquema de classes, ou mapa de classes, como ele mesmo denomina. Este tem a seguinte estrutura:

- 1 — Burguesia capitalista tradicional
- 2 — Posição quasi-contraditória: alto executivo de empresas
- 3 — Posição contraditória: gerentes de alto nível
- 4 — Posição contraditória: gerentes de nível médio
- 5 — Posição contraditória: tecnocratas
- 6 — Posição contraditória: supervisores (capataz)
- 7 — Proletariado
- 8 — Posição contraditória: trabalhadores semi-autônimos
- 9 — Pequena burguesia
- 10 — Pequenos empregados

Em 1985 ele faz uma revisão crítica de sua teoria no livro *Classes*, reconhecendo que seu conceito de posições contraditórias de classes não é fiel ao eixo conceitual da teoria marxista, por basear-se quase que exclusivamente na idéia de dominação em vez de exploração que é o conceito-chave para explicar as relações entre posições de classes e interesses de classes, e o consequente conflito gerado aí. Segundo Wright, o conceito de dominação não implica conflito de interesses dos atores como membros de classes, mas refere-se a qualquer situação de opressão.

Assim, ao resgatar, apoiado no trabalho de Roemer (1982), o conceito de exploração, ele recupera a idéia central da teoria marxista de que as classes possuem interesses objetivos, recuperando, portanto, a vocação da teoria de classes como teoria do conflito.

Exploração, ao contrário de dominação, implica intrinsecamente um conjunto de interesses materiais. Se nós queremos reter algum sentido no qual os interesses dos indivíduos como membros de classes não são simplesmente quaisquer interesses que esses indivíduos têm subjetivamente, então a mudança para um conceito domination-centered torna isto mais difícil (Wright, 1989: 5).

Estados suprimiu de "da class social"

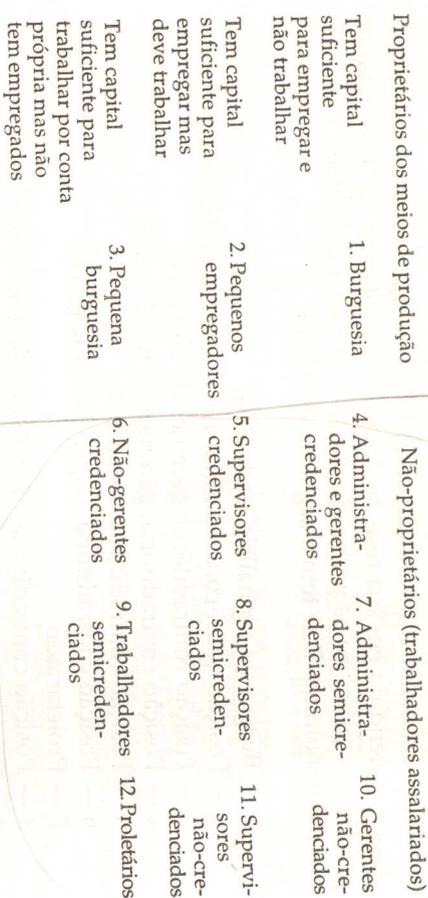
Marxista
proprietária
não-proprietária
dos meios de produção

Dominação
Exploração

Wright
posições contraditórias
mas relações de classe

Assalariados (Mer...)
S...
operários e o
produção

A nova classificação proposta por Wright (1989) está representada abaixo:



O segundo mapa de classes de Wright deve ser lido através de duas divisões básicas: a primeira entre proprietários e não-proprietários dos meios de produção; a segunda supõe divisões internas, os proprietários dividem-se entre os que possuem e não possuem empregados, e os não-proprietários dividem-se segundo os tipos de credenciais e posição na organização. Os proprietários compõem três estratos definidos de acordo com o emprego ou não de trabalhadores e também com o número de trabalhadores empregados. Os não-proprietários estão divididos em nove estratos; três deles referem-se aos administradores divididos entre especialistas, semicredenciados e não-credenciados; supervisores, também divididos em especialistas, semicredenciados e não-credenciados; e, por fim, especialistas não-administradores, trabalhadores não-credenciados e proletários.

Como se pode observar, há três eixos que definem seu "mapa": recursos nos meios de produção, recursos organizacionais e recursos credenciais/qualificações, calçados na idéia de propriedade, posição na organização, no que concerne ao controle sobre o próprio trabalho e ao controle sobre o trabalho de outros, e credenciamento/treinamento. Deve-se considerar que estes conceitos estão intimamente vinculados aos de posição de mercado e posição de emprego introduzidos e defendidos por newberianos¹², e até mesmo ao próprio conceito weberiano de skills.

A aplicação do esquema de classes de Wright pode ser encontrada no trabalho em que ele utiliza a análise de mobilidade para examinar as diferenças nos graus de permeabilidade intergeracional em três fronteiras de classe: propriedade, autoridade e qualificação (Western e Wright, 1994), que corresponde aos três eixos sobre os quais construiu seu segundo mapa

de classes. Para tanto, os autores aplicam modelos log-lineares topológicos aos dados de mobilidade intergeracional de quatro países, EUA, Canadá, Noruega e Suécia, usando uma classificação composta de setes classes: empregadores, pequena burguesia, administradores-especialistas, administradores, profissionais, semiprofissionais e trabalhadores.

Western e Wright concluem que a fronteira de autoridade é a mais permeável. Nos EUA e Canadá a fronteira de propriedade é a menos permeável, enquanto nos países europeus não há diferença significativa no grau de permeabilidade das fronteiras de propriedade e qualificação. Segundo eles, essas conclusões corroboram a teoria marxista, uma vez que a propriedade assume o papel de principal definidor das diferenças de classes. Essa perspectiva é ainda reforçada pelo fato de as fronteiras de classe entre trabalhadores e proprietários serem menos permeáveis do que seria previsto utilizando um modelo que englobe a adição da permeabilidade das três dimensões em questão.

A guinada conceitual dada por Wright ao abandonar o conceito de dominação pelo de exploração é criticada por Miliband (1993), na medida em que a exploração é o principal objetivo da dominação, embora não seja o único, já que existem formas de dominação, como já havia sido posto por Wright, que não têm como objetivo a exploração do trabalho excedente (surplus labour)¹³. Segundo ele, "Exploração é de importância crucial, mas é a dominação que a torna possível" (1993: 328). Além disso, Miliband encontra vantagens em manter a perspectiva da dominação, principalmente por ter uma dimensão mais abrangente e inclusiva que coloca as relações de classes num contexto mais amplo que o puramente econômico. Assim, reconhece na classe trabalhadora divisões não só em termos de ocupação, mas também de gênero, raça, etnia, religião ideologia etc.

Além disso, não está longe de críticas a teoria de posições contraditórias de classe, apresentada por Wright como solução para o impasse criado pela existência de classes intermediárias não polarizadas que surgiram na esteira do capitalismo do século XX. Esta perspectiva é questionável, mesmo com a revisão que o levou ao redirecionamento de sua análise para um quadro conceitual calcado na idéia de exploração; quadro este que é a base para a definição da estrutura das relações de classes. Isto porque a exploração capitalista implica a noção de apropriação da força de trabalho de uma classe por outra classe; o que não corresponde ao tipo de relação entre especialistas e não-especialistas. Mesmo considerando, como Wright, que indivíduos com qualificações e credenciais têm uma remuneração superior aos custos da produção dessas qualificações, torna-se difícil derivar daí a idéia de que existe exploração nas relações de produção entre especialistas e não-especialistas.

¹² Lockwood, Goldthorpe, Blackburn, entre outros.

¹³ Miliband cita o patriarcalismo como uma dessas formas de dominação que não têm conteúdo de apropriação do valor excedente do trabalho.

Seu esquema de classes está assim estruturado:

Classe I — Profissionais de alto nível, administradores e oficiais de alto nível; gerentes de grandes indústrias, e grandes proprietários.

Classe II — Profissionais de baixo nível, e técnicos de alto nível, administradores de baixo nível, gerentes em grandes estabelecimentos industriais e de serviços; e supervisores de trabalhadores não-manuais.

Classe III — Empregados no setor não-manual de rotina.

Classe IV — Pequenos proprietários e artesãos por conta própria e outros trabalhadores por conta própria.

Classe V — Técnicos de baixo nível e supervisores de trabalhadores manuais.

Classe VI — Trabalhadores manuais qualificados na indústria.

Classe VII — Trabalhadores manuais semiquilificados ou sem qualificação e trabalhadores na agricultura.

Esse esquema é revisto com o objetivo de criar categorias compatíveis com o estudo de mobilidade comparada entre nações. E resulta também em sete classes:

Classes I e II — Profissionais, administradores e gerentes, técnicos de alto nível e supervisores de trabalhadores não-manuais.

Classe III — Trabalhadores no setor não-manual de rotina.

Classe IVab — Pequenos proprietários, artesãos por conta própria e outros trabalhadores por conta própria com ou sem empregados (exceto no setor primário).

Classe IVc — Fazendeiros e outros trabalhadores por conta própria no setor primário.

Classe V e VI — Técnicos de baixo nível, supervisores do trabalho manual e trabalhadores manuais qualificados.

Classe VIIa — Trabalhadores manuais semiquilificados ou sem qualificação (exceto do setor primário).

Classe VIIb — Trabalhadores na agricultura e outros trabalhadores do setor primário.

Uma das preocupações de Goldthorpe é enfatizar que seu esquema de classes tem uma dimensão relacional, não hierárquica: "Nosso esquema de classes não deve ser visto como tendo — ou não deve ser esperado que tenha — uma forma hierárquica consistente" (1987: 43). Contudo, seu objetivo principal não é desenvolver um esquema de classes; ao contrário, este é apenas um ponto de partida, embora essencial, para o estudo da mobilidade, uma vez que sua análise de classes se baseia na ideia de identidade demográfica de classe.

Aqui cabe uma citação, já que o conceito de identidade demográfica é melhor explicitado nas palavras do próprio Goldthorpe. Segundo a ideia de identidade demográfica, classes são vistas como "coletividades que são identificadas através do grau de continuidade com que, em consequência dos padrões de mobilidade e imobilidade de classe, seus membros estão associados com grupos particulares de posições no tempo" (1983: 467). E é o grau de identidade demográfica, isto é, de persistência e estabilidade na composição de uma classe que possibilita um grau de identificação e similaridade de interesses capaz de mobilizar a ação de classes nos planos político e social.

Como havia sido observado anteriormente, há muitas similaridades entre a teoria de classes marxista e weberiana e, mais especificamente, entre os esquemas de classe de neomarxistas e neoweberianos. As críticas feitas a Goldthorpe são, em grande medida, iguais àquelas feitas a Wright. A primeira delas é a de que o esquema de classes de Goldthorpe não pode ser exatamente considerado relacional, como ele define. Por relacional entende-se o esquema que inclui classes diametralmente opostas, supondo que uma classe obtém benefícios em detrimento da outra; já um esquema gradacional baseia-se numa estrutura de hierarquias em que as posições são classificadas comparativamente umas às outras entre baixas e altas. Deve-se reconhecer que o esquema de classes proposto por Goldthorpe inclui ambas as dimensões, relacional e gradacional, e esta mesma crítica aplica-se a Wright.

Outra crítica a Goldthorpe é que a distinção manual e não-manual que aparece como dimensão dominante na sua definição das classes é confusa. Ele posiciona ocupações não-manuais de rotina no nível intermediário de seu esquema de classes, mesmo considerando que algumas dessas ocupações têm características de blue-collar, em vista de suas posições de mercado e posições de trabalho. Isto é, são ocupações que não requerem qualificações, não têm perspectiva de promoção ou melhoria, e constituem, em grande medida, atividades mecânicas nas quais os trabalhadores não possuem autonomia ou controle sobre seu próprio trabalho; ao contrário, estão submetidos a estreita supervisão.

Esta crítica é dirigida, mais particularmente, por sociólogos envolvidos nas análises de gênero, que vêm no crescimento do número de mulheres no setor não-manual de rotina uma correspondente proletarianização dessas ocupações. Nesse sentido, a argumentação gira em torno da especificidade da estrutura de empregos das mulheres, na qual ocupações

Had manual
rotina

classe
Gold
man

Revisar pontos Mark 8/11

Revisar a mobilidade por um visor de estrutura 45

Mão manuseada de Robine: Chance de vol

feminilizadas na classe não-manual de rotina têm características de blue-collar. Dentro desse contexto, a classificação de Goldthorpe não parece apropriada para as análises de mobilidade e estratificação no que se refere às mulheres¹⁵. Contudo, é interessante destacar que a tese de proletarianização do trabalho não-manual feminino tem sido amplamente contestada, uma vez que não é plenamente aceita sua validade empírica¹⁶.

Deve-se considerar que a divisão manual e não-manual é de extrema importância, e as ocupações não-manuais, mesmo consideradas de rotina e baixa qualificação têm, em geral, um componente de estabilidade e prestigio não encontrado nas ocupações manuais. Como enfatiza Lockwood (1958), trabalhadores não-manuais de rotina têm situação de mercado e situação de trabalho superior aos trabalhadores manuais, no que se refere às chances de vida

Pode-se, ainda, apontar um grave problema no esquema de classes de Goldthorpe, o de não considerar a dimensão de propriedade na sua classificação das classes: *service* e *intermediate*. Neste sentido, ele ignora uma dimensão básica na divisão de classes, tanto na teoria weberiana como na marxista, que é a propriedade, reunindo, assim, numa mesma classe, proprietários e não-proprietários. Mesmo considerando que as posições na *service class* privam de certo grau de autonomia e controle, não se podem confundir aqueles que administram o capital, e portanto, servem ao capital ou à burocracia com os capitalistas. A classe denominada "service", serve ao capital, mas não é capitalista. Essa mesma limitação aparece na agregação das ocupações não-manuais de rotina com a pequena burguesia.

O debate entre neoweberianos e neomarxistas expõe as divergências entre essas duas teorias, mas obscurece suas similaridades. Em concreto, os conceitos marxista e weberiano de classes se sobrepõem, principalmente pela ênfase dada à propriedade como fator central e primário na divisão de classes. Essas semelhanças estão explícitas nas classificações de Goldthorpe e Wright, cujas divergências não excluem que ambas estejam construídas sobre elementos básicos, como propriedade, qualificações e força de trabalho.

A constatação de que o mapa de classes de Wright se aproxima da teoria weberiana, apesar de seus esforços em manter fidelidade à teoria marxista de conflito e exploração, baseia-se no fato de este reconhecer o papel relevante que credenciais, qualificações e recursos organizacionais exercem na estruturação das categorias. Na mesma medida, é possível reconhecer que o esquema de Goldthorpe engloba princípios da teoria mar-

¹⁵ Ver Heath, A. e Britten, N. (1984). Women's Job's do Make a Difference: A Reply to Goldthorpe. *Sociology*, 18. Payne, G. e Abbot, P. (1990). *The Social Mobility of Women: Beyond Male Mobility Models*. The Falmer Press, London.

¹⁶ Ver Rose, D.; Marshall, G.; Newby, H. e Vogler, C. (1987). Goodbye to supervisors? in *Work, Employment and Society*, 1 (1): 7-24. Goldthorpe, J.H. (1983). Women and Class Analysis: in defense of the conventional view, in *Sociology*, 17 (4). Goldthorpe, J.H. Women and Class Analysis: a reply to the replies, in *Sociology*, 18 (4).

xista no que diz respeito às relações de emprego, que levam à diferenciação dos empregadores, autônomos e empregados.

Os princípios de diferenciação que nós adotamos têm sido principalmente derivados de fontes clássicas, em particular, de Marx e Max Weber (Erikson e Goldthorpe, 1993: 37).

A influência das teorias marxista e weberiana na classificação de Goldthorpe é também reconhecida por Evans (1996):

Embora o esquema tenha sido às vezes caracterizado como "neoweberiano", ele parece mais corretamente considerado uma amálgama de principalmente — embora não exclusivamente — princípios marxistas e weberianos (1996: 230, nota 3).

Muito sumariamente é possível apontar três tradições nas análises de classe: a marxista, que está calcada basicamente na idéia de relações de produção e divide a estrutura em duas grandes classes em oposição; a weberiana, obtém também recompensas diferenciadas; e a tradição funcionalista ou teórica de status, a qual não reconhece fronteiras de classes e, portanto, as recompensas se dão de acordo com a idéia de realização (*achievement*) e não de propriedade. Essa última tradição é amplamente adotada nos Estados Unidos da América, em que se baseia o importante trabalho de Blau e Duncan (1967), já um clássico nas análises de mobilidade. Contudo, desde que se dissociem os conceitos de classe e status, é possível questionar a validade de considerar esta perspectiva como teoria de classes.

A sociologia norte-americana privilegiou o status ocupacional, as possibilidades de aquisição e realização de status (*status achievement*) e a hierarquização das ocupações segundo seu grau de institucionalização e manutenção de valores da sociedade sobre as teorias de classe, sejam marxistas reconhecendo que classe está vinculada ao acesso a recompensas materiais que se refletem nas oportunidades de vida, enquanto status está relacionado ao acesso a recompensas simbólicas que se concretizam em diferenciais de estilos de vida. Cabe ressaltar que esses conceitos estão intrinsecamente relacionados na empiria, apesar dos esforços de alguns sociólogos em propagar a superioridade de um sobre outro. Bens simbólicos e materiais operam na realidade dentro de uma correlação direta e significativa.

Não se poderia deixar de citar o trabalho de Bourdieu, que introduz o conceito de espaço social entendido como um espaço multidimensional de

¹⁷ Waters (1991) enfatiza os pontos de convergência e divergência das análises de classe.

posições. Essas posições se definem segundo o capital que determina a alocação dos atores na distribuição de poder que, por sua vez, encerram as probabilidades de ganho nos diferentes campos. Ele reconhece, ainda, diversas formas de capital como o capital econômico, o capital cultural, o capital social e o capital simbólico.

Para Bourdieu, as classes são uma formação de agentes que ocupam posições semelhantes no espaço social, o que implica uma maior probabilidade de adotar atitudes e interesses semelhantes. Neste sentido, a sociologia pode ser entendida nos termos de topologia social, uma vez que é no espaço social que se distribuem essas posições e as distâncias que as separam. De acordo com Bourdieu (1989: 137): "O que existe é um espaço de relações, o qual é tão real como um espaço geográfico, no qual as mudanças de lugar se pagam em trabalho, em esforço e sobretudo em tempo (...)"¹⁸.

O principal objetivo dessa discussão que precede a definição dos estratos é apresentar alguns aspectos das teorias marxistas e weberianas, suas divergências e principalmente suas similaridades, no sentido de avaliar os elementos que serão a base para a classificação aqui proposta. Ao buscar traduzir essas teorias em classificações direcionadas à aplicação empírica, Wright e Goldthorpe acabam por destacar características ocupacionais que estruturam seus esquemas de classes. São elas: propriedade, qualificação, treinamento, recursos organizacionais, autonomia e controle sobre o próprio trabalho e o trabalho de outros, rendimento e status de emprego. A classificação introduzida neste trabalho propõe a inclusão desses fatores, sempre que os dados permitirem essas distinções.

A classificação utilizada neste trabalho pode ser incluída entre o que se convencionou chamar classes ocupacionais, já que está baseada nas ocupações listadas na PNAD 1988. Nesse sentido, o esquema aqui apresentado é caracterizado como um esquema de classes ocupacionais¹⁹, na medida em que os dados apresentam limitações que não permitem o desenvolvimento de um esquema de classes teórico. Limitações tais como a ausência de informação sobre o status de emprego dos pais, ou seja, se os pais dos indivíduos entrevistados eram empregadores, empregados ou trabalhavam por conta própria. Contudo, deve ser entendido que a ocupação é hoje um dos principais indicadores da posição de classe dos indivíduos, e tem sido amplamente utilizada para definir esquemas de classes sociais, tanto entre neomarxistas como entre neoweberianos.

¹⁸ Deve-se, ainda, considerar a atualidade da análise de Sping-Andersen (1993), que reconhece na sociedade atual um momento de transição no qual se dá a coexistência de duas estruturas, industrial e pós-industrial. Assim, as classes encontram-se numa conjunção que deriva da sobrevivência de elementos da estrutura fordista e da incorporação de elementos da estrutura pós-fordista; daí a convivência de duas estruturas de classes.

¹⁹ Crompton (1994) apresenta um panorama sobre as diversas formas de esquema de classes.